



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**26/09/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3
1.3. TELEJUDICIÁRIO.....	4
2. JORNAL AQUI	
2.1. VARAS CRIMINAIS.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
3.2. TELEJUDICIÁRIO.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	8 - 9
4.2. CASO DÉCIO SÁ.....	10
4.3. DESEMBARGADORES.....	11
4.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	12
5. JORNAL EXTRA	
5.1. POSSE.....	13
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	14
6.2. CASO DÉCIO SÁ.....	15
6.3. DESEMBARGADORES.....	16 - 17
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. AÇÕES TJMA.....	18 - 20
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	21
8.2. DECISÕES.....	22
8.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	23
8.4. TELEJUDICIÁRIO.....	24 - 25

## **TJMA agiliza emissão de Registro Civil**

A cópia da declaração para emissão do registro civil gratuito e a comprovação dos atos gratuitos passam agora a ser enviadas pelos cartórios por meio eletrônico e não mais pelos Correios. A determinação é do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que aprovou Projeto de Resolução modificando a Resolução nº 14/2010, que regulamenta o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais (FERC).

**Pág. 7**

## TJMA AGILIZA EMISSÃO DE REGISTRO CIVIL

A cópia da declaração para emissão do registro civil gratuito e a comprovação dos atos gratuitos passam agora a ser enviadas pelos cartórios por meio eletrônico e não mais pelos Correios.

A determinação é do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que aprovou Projeto de Resolução modificando a Resolução nº 14/2010, que regulamenta o Fundo Especial das Servantias de Registro Civil das Pessoas Naturais (FERC). A medida altera os parágrafos 1º do artigo 12, e os parágrafos únicos dos artigos 17 e 18.

'Ser feliz é encontrar força no perdão, esperanças nas batalhas, segurança no palco do medo, amor nos desencontros. É agradecer a Deus a cada minuto pelo milagre da vida'.  
Fernando Pessoa

## **CRIANÇA GANHA DIREITO A LEITE ESPECIAL FORNECIDO PELO ESTADO**

A Secretaria da Saúde estadual deve fornecer oito latas do leite especial Neocate, por mês, a uma criança de um ano de idade, portadora de alergia alimentar grave, de acordo com prescrição médica, de forma contínua e ininterrupta, pelo tempo que se fizer necessário. A determinação partiu das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A multa diária fixada, em caso de descumprimento da decisão unânime, foi R\$ 5 mil.

O desembargador Jaime Araújo (relator) atendeu ao pedido de mandado de segurança em nome do menor, representado por sua mãe, por verificar que o fornecimento do leite especial – hidrolisado proteico elementar - é necessário para a sobrevivência da criança.

## TELEJUDICIÁRIO ORIENTA CIDADÃO SOBRE SERVIÇOS DA JUSTIÇA

Orientações sobre como ingressar com uma ação na Justiça, tipos de processos, documentação necessária e os órgãos competentes para receber e julgar processos podem ser obtidas pelo Telejudiciário – serviço gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581.

O usuário pode também fazer consultas sobre o andamento de processos judiciais, órgãos e membros da Justiça estadual, concursos, plantão judiciário, julgamentos e outros assuntos de interesse do cidadão. A equipe formada por 16 atendentes, um supervisor e dois auxiliares registra, em média, três mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 35 serviços diferenciados.

**▷ PRISÃO****Polinter prende homicida na capital**

A equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter), coordenada pelo delegado Alberto Wagner, prendeu, na terça-feira (24), Wellison Roberth da Conceição Santos Mendes, de 31 anos.

A prisão se deu em

cumprimento a um mandado expedido pela juíza Alice de Sousa Rocha, da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, pela prática de homicídio ocorrido no ano de 2006, no bairro Anjo da Guarda, em São Luís. Wellison foi

preso no Centro da capital e encaminhado à sede da Polinter. Após os procedimentos policiais, ele foi conduzido ao Centro de Triagem em Pedrinhas, onde vai permanecer detido à disposição da Justiça.

## AL aprova projeto que altera organização judiciária

A Assembleia aprovou, ontem, o projeto de lei complementar nº 004/13, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão. O objetivo é melhorar a estrutura dos serviços do Poder Judiciário no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição, por meio da redistribuição de competências, da definição de critérios para o acesso de juízes de direito pelos critérios de antiguidade e merecimento, dentre outros.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, o re-

ferido projeto visa, precipuamente, a contínua melhoria da prestação jurisdicional e, sobretudo, a celeridade processual, conforme preceitos dispostos na Emenda Constitucional nº 45/2004 e leis complementares que alteram o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado.

Segundo a mensagem que encaminhou em anexo ao projeto de lei complementar, as alterações no Código de Divisão e Organização Judiciárias aprovadas não vão gerar impacto financeiro no orçamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

## Telejudiciário orienta cidadão sobre serviços da Justiça

Orientações sobre como ingressar com uma ação na Justiça, tipos de processos, documentação necessária e os órgãos competentes para receber e julgar processos podem ser obtidas pelo Telejudiciário - serviço gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581.

O usuário pode também fazer consultas sobre o andamento de processos judiciais, órgãos e membros da Justiça estadual, concursos, plantão judiciário, julgamentos e outros assuntos de interesse do cidadão. A equipe formada por 16 atendentes, um supervisor e dois auxiliares registra, em média, três mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 35 serviços diferenciados.

"O Telejudiciário é o canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário. Auxilia a ouvidoria, destinando-se a informar e orientar os que procuram a Justiça estadual", diz o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

A central recebe ainda reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juizes e serventuários e ações do Poder Judiciário, como também sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais.

"Nestes casos, as demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas pelos usuários do serviço", esclarece o chefe da divisão do Telejudiciário, Fábio José Chaves.



Orientações são repassadas por telefone

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

**SISTEMA** - O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Attende, que, além da celeridade no atendimento aos usuários, possibilita a instalação de pontos de consulta em locais estratégicos.

A ferramenta permite que as informações referentes a denúncias, reclamações, solicitações e sugestões sobre os serviços forenses sejam encaminhadas automaticamente à ouvidoria do TJMA, por meio de sistema uni-

ficado, garantindo mais agilidade no gerenciamento do fluxo das demandas apresentadas, desde a abertura até a sua resolução ou arquivamento.

# Deputados aprovam mudança no Código de Organização Judiciária

**Regulamento define critérios para acesso de juízes aos postos mais altos na carreira**

A Assembleia aprovou, na sessão de ontem, o projeto de lei complementar nº 004/13, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão. O objetivo é melhorar a estrutura dos serviços do Poder Judiciário no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição, por meio da redistribuição de competências, da definição de critérios para o acesso de juízes de direito pelos critérios de antiguidade e merecimento, dentre ou-

tros.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, o referido projeto visa, precipuamente, a contínua melhoria da prestação jurisdicional e, sobretudo, a celeridade processual, conforme preceitos dispostos na Emenda Constitucional nº 45/2004 e leis complementares que alteram o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado.

Segundo a mensagem que encaminhou em anexo ao projeto de lei complementar, as alterações no Código de Divisão e Organização Judiciárias aprovadas não vão gerar impacto financeiro no orçamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.



Deputados Zé Carlos, Eduardo Braide e Rigo Teles comandaram sessão

## **Registro civil**

**A cópia da declaração para emissão do registro civil gratuito e a comprovação dos atos gratuitos passam agora a ser enviadas pelos cartórios por meio eletrônico e não mais pelos Correios. A determinação é do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que aprovou Projeto de Resolução modificando a Resolução nº 14/2010.**



Biaman Prado

Advogado Ronaldo Ribeiro vai depor hoje sobre o Caso Décio Sá

## Advogado envolvido na morte de Décio Sá depõe hoje no fórum

Ontem, mais quatro testemunhas foram ouvidas pelo juiz Osmar Gomes, da 1ª Vara



A audiência com o advogado Ronaldo Ribeiro - um dos 12 réus no processo que apura o crime de encomenda que vitimou o jornalista Décio Sá - será encerrada hoje. Ontem, mais quatro testemunhas arroladas pela defesa do réu foram ouvidas no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Na sessão de hoje, o juiz Osmar Gomes, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, vai interrogar o acusado Ronaldo Ribeiro, que responde com os demais réus por homicídio triplamente qualificado e por formação de quadrilha. Antes do acusado, será ouvido o promotor de Justiça, Marco Aurélio Rodrigues de Carvalho, que acompanhou os depoimentos durante a fase inquisitória, representando o Ministério Público, pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Entre os depoentes de ontem, esteve Fábio Roberto Cavalcante Lima, o *Fabinho*, de 33 anos, primeira pessoa presa, sob suspeita de participação no crime que vitimou o blogueiro. Em depoimento, Fábio Roberto, que foi

liberado 60 dias depois de sua prisão no bairro Parque Vitória, afirmou que foi detido à noite em sua casa, sem ordem judicial, e que só no dia seguinte o mandado foi expedido pela Justiça e apresentado a ele pela Polícia Civil. No dia 25 de abril de 2012, data da detenção, entretanto, a comissão de delegados justificou a prisão de *Fabinho*, identificando-o como foragido da Justiça.

"O suspeito tem pendências na 6ª Vara Criminal da Capital, portanto, com mandados de prisão em aberto. Seu nome foi bastante citado em algumas informações encaminhadas ao Disque Denúncia do Maranhão", disse em entrevista a O Estado o delegado Maymone Barros Lima, da Delegacia de Homicídios (DH). *Fabinho* foi preso junto com Valdênio José da Silva, de 38 anos, executado a tiros, 45 dias depois, no município de Raposa.

Também prestaram depoimento o escrivão da polícia judiciária, Osman Bacelar Neto, que trabalhou com a comissão investigadora do Caso Décio Sá, a ex-secretária da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Jodina Pereira, quando a titularidade era da juíza Alice Rocha, e Frederico Campos, irmão do vereador do município de Paço do Lumiar Alderico Campos. Ao longo das oitavas, os dois primeiros foram questionados sobre supostas "falhas" apontadas por Aldenor Rebouças Júnior, advogado do réu, no inquérito policial.

# TJ confirma escolha de dois novos desembargadores em sessão no dia 16 de outubro

Uma vaga foi aberta com a aposentadoria do desembargador Raimundo Nonato de Souza; outra surgiu com a aposentadoria compulsória de Megbel Abdala

**Ronaldo Rocha**  
Da editoria de Política

O pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) decidiu na sessão de ontem agendar para o dia 16 de outubro o processo de promoção - por critério de antiguidade - para a ocupação de vaga de desembargador que foi aberta com a aposentadoria compulsória do magistrado Megbel Abdala, por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Já estava marcada para o mesmo dia, a eleição - por critério de merecimento -, para a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Raimundo Nonato de Souza, que ocorreu no mês de maio.

Na sessão do dia 16, o primeiro procedimento adotado será a eleição entre juízes para o preenchimento de vaga por merecimento. Ao todo, 15 magistrados de entrância final (São Luís) disputam a vaga. De acordo com o Regimento Interno do TJ, podem concorrer ao cargo juízes que tenham pelo menos dois anos de exercício na respectiva entrância.

No critério de merecimento, o juiz João Santana Sousa, da 7ª Vara da Fazenda Pública, e a juíza Angela Maria Moraes Salazar, da 5ª Vara da Família, levam vantagem sobre os demais. Além de preencher todos os requisitos, já participaram de pelo menos outras duas eleições, e em todas as disputas, figuraram entre os três magistrados mais votados pelo pleno do TJ.

**Promoção** - A outra vaga no Tribunal de Justiça será preenchida pelo critério de antiguidade. O edital para o processo de promoção deve ser lançado até o início



Desembargadores vão escolher dois novos colegas em uma só sessão

da próxima semana, a partir do momento em que o tribunal homologar a aposentadoria do desembargador Megbel Abdala.

Podem se inscrever para a nova vaga, os juízes Marcelino Chaves Everton, da 2ª Vara da Família; João Santana Sousa, da 7ª Vara da Fazenda Pública; Luiz Gonzaga Almeida Filho, da 8ª Vara Cível; Josemar Lopes Santos, da 1ª Vara Cível e Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível. Mas o regimento prevê que a partir da inscrição de Marcelino Everton, nenhum outro magistrado poderá entrar na lista, já que ele é o mais antigo em atividade na entrância final.

Arquivo

## Tribunal vai eleger novo comando

A eleição para a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) será realizada em sessão plenária administrativa do dia 2 (quarta-feira). Serão escolhidos os novos membros para os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral de Justiça

Já há um entendimento entre os membros da Corte, para que o próximo presidente do Poder Judiciário seja a desembargadora Cleonice Silva Freire. Neste cenário, a vice-presidência deverá ser ocupada pela desembargadora Anildes Cruz - já que por razões diversas os desembargadores Celones Cunha, Benedito Melo e Maria Buna, abriram mão ou não puderam ser vice-presidente.

A desembargadora Nelma Sarney irá para a CGJ.

### Juízes que podem ser promovidos

#### APTOS PELO CRITÉRIO DA ANTIGUIDADE

Marcelino Chaves Everton  
João Santana Sousa  
Luiz Gonzaga Almeida Filho

Josemar Lopes Santos  
Tyrone José Silva

#### DISPUTAM VAGA POR MERECIMENTO

João Santana Sousa  
Angela Maria Moraes Salazar  
José de Ribamar Castro  
Tyrone José Silva  
José Jorge Figueiredo dos Anjos  
Luiz Gonzaga Almeida Silva  
Manoel Aureliano Ferreira Neto  
Luiz de França Belchior Silva

Marcelino Chaves Everton  
Lucas da Costa Ribeiro Neto  
Samuel Batista de Sousa  
Raimundo Nonato Neris Ferreira  
Antonio José Vieira Filho  
Oriana Gomes  
Cleonice Conceição do Nascimento.

## **No escuro I**

Foi constrangedor o encerramento súbito, ontem, da sessão do Tribunal de Justiça, por falta de energia elétrica.

Os desembargadores iniciavam o julgamento do processo no qual o deputado Raimundo Cutrim, recém-convertido ao comunismo, é acusado de grilar terras no interior da Ilha.

Movimentado no início do julgamento, o clima no plenário foi dominado pelo desânimo e pela decepção.

## **No escuro II**

Nenhum desembargador chegou a votar contra ou a favor do neocomunista Raimundo Cutrim no escandaloso caso de grilagem.

O representante do Ministério Público (MP) leu a denúncia na qual Cutrim é apontado como grileiro e cúmplice na falsificação de documentos no cartório de São José de Ribamar, então dirigido pelo atual secretário de Programas Especial, Alberto Franco.

Já o advogado de Raimundo Cutrim rebateu a denúncia e acusou o MP de "abuso de poder".

## Empossado novo juiz da Comarca de Caxias

O juiz João Pereira Neto foi empossado pelo desembargador presidente do TJ Maranhão, Guerreiro Júnior, nesta terça-feira, 24, para a entrância de Caxias. A remo-

ção foi pelo critério de merecimento.

João Neto é irmão do juiz de Timon, Simeão Pereira e Silva e também do ex-deputado Rubens Pereira.

## LEGISLATIVO

# Aprovado projeto que altera organização judiciária

A Assembleia aprovou o projeto de lei complementar nº 004/13, de iniciativa do Tribunal de Justiça, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias. O objetivo é melhorar a estrutura dos serviços do Poder Judiciário no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição, por meio da redistribuição de competências,

da definição de critérios para o acesso de juízes de direito pelos critérios de antiguidade e merecimento, dentre outros.

O presidente do TJ, Guerreiro Júnior, disse que o referido projeto visa, precipuamente, a contínua melhoria da prestação jurisdicional e, sobretudo, a celeridade processual.

## Nó intrincado (1)

*A cada audiência que o Tribunal do Júri de São Luís realiza para ouvir acusados no assassinato do jornalista Décio Sá, mais intrincado fica o enredo que a Justiça vai ter que destrinchar em breve.*

## Nó intrincado (2)

*Enquanto a família de Décio clama por Justiça, as armações de todos os calibres tentam tumultuar o caso, para que o processo acabe sem definir autoria, punir criminosos, e a Justiça sem cumprir o seu verdadeiro papel. O caso é tão complicado que nem a CPI da Pistolagem conseguiu sair do papel na Assembleia Legislativa.*

## JUDICIÁRIO

# Desembargadores em duas semanas

Escolha de novos membros do pleno da mais alta instância do Judiciário maranhense fica marcada para o dia 16 de outubro. Eleição de nova Mesa Diretora ocorre na próxima semana

CLODOALDO CORRÊA

**P**or mais três semanas, a mais alta instância do Judiciário maranhense vai ficar com seu pleno incompleto. O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu ontem que as duas vagas abertas de desembargador do Judiciário maranhense serão decididas no mesmo dia. A eleição para a vaga deixada por Raimundo Nonato Souza já estava marcada para o dia 16 de outubro. A nova vaga aberta com a aposentadoria compulsória de Megbel Abdala será preenchida no mesmo dia. Também serão eleitos os dois novos membros do Tribunal Regional Eleitoral nas vagas para advogados. Ou seja, será um dia de quatro pleitos na Corte estadual.

O desembargador Bayma Araújo propôs a antecipação das votações das vagas de desembargador para o dia 2 de outubro, data de eleição da nova Mesa Diretora, fazendo um dia de eleição conjunta na Casa. O presidente do TJ, Guerreiro Júnior, lembrou que não seria possível em virtude do cumprimento dos prazos.

A Mesa Diretora do Tribunal já recebeu a comunicação oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinando a aposentadoria compulsória de Megbel Abdala. O próximo passo que deve ser tomado hoje ou amanhã é o ato que aposenta o ex-desembargador para, em seguida, lançar o ato abrindo a vaga e deverá publicar o edital. O trâmite não poderia ser feito em uma semana.

O presidente da Casa não quis comentar a decisão do CNJ e disse apenas que acataria a decisão. Nos bastidores do TJMA, a informação é de que Megbel já teria avisado Guerreiro que não iria recorrer da decisão, abrindo a oportunidade do presidente adiantar o processo de sucessão.

Os mesmos juízes que estão inscritos para a vaga aberta desde o início do ano também deverão disputar a nova vaga, apesar da primeira ser pelo critério de merecimento e esta pelo critério de antiguidade. Os critérios acabam sendo semelhantes porque os juízes do critério merecimento devem estar na entrância final (Comarca de São Luís), ou seja, já são os mais antigos. Estão inscritos José de Ribamar Castro, Tyrone

José Silva, Angela Maria Moraes Salazar, João Santana Sousa, José Jorge Figueiredo dos Anjos, Luiz Gonzaga Almeida Silva, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Luiz de França Belchior Silva, Marcelino Chaves Everton, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Sousa, Raimundo Nonato Neris Ferreira, Antonio José Vieira Filho e Oriana Gomes. Como são duas vagas, ainda deve abrir mais uma inscrição.

Quatro nomes estão entre os favoritos para as duas vagas abertas no TJ. Juízes Angela Maria Moraes Salazar, da 5ª Vara de Família, João Santana Sousa, 7ª Vara da Fazenda Pública, Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível, e Marcelino Everton, da 2ª Vara de Família de São Luís.

Megbel Abdala foi aposentado compulsoriamente na segunda-feira pelo CNJ, pelo processo que responde desde que era juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública. Ele era acusado de irregularidades na concessão de liminares. O magistrado continua sem se manifestar sobre a decisão. Megbel estava atuando na 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

GILSON TEIXEIRA/O IMP/D APRESS



**Presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, irá conduzir eleição da Mesa Diretora, que ocorre na próxima semana**

## Mulheres para Mesa Diretora

Na semana que vem, a eleição da nova Mesa Diretora movimentará o Tribunal de Justiça do Maranhão. A eleição para os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral de Justiça será realizada na próxima quarta-feira (2 de outubro).

Está tudo sendo articulado para que os três cargos sejam ocupados por mulheres da Corte. Para presidente, a eleita deverá ser a desembargadora Cleonice Silva Freire. Ela foi vice-presidente do Tribunal na gestão de Jamil Gedeon e presidente do Colégio Permanente de Vice-presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CPVIP). Ela também atuou

como corregedora e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Em dezembro de 2007, foi eleita, por unanimidade, presidente da Corte Eleitoral do Maranhão.

Também deverão ser eleitas a desembargadora Anildes Cruz como vice-presidente e Nelma Sarney como corregedora-geral. Essa composição vem sendo dada como certa no Tribunal e só deverá mudar por alguma situação muito anormal.

O Tribunal aprovou, em julho, projeto de resolução, alterando o caput do artigo 89 do Regimento Interno da Corte, de acordo com a Lei nº 131/2010, modificando a eleição dos membros da Mesa Diretora para sessão extraordinária na primeira quarta-feira do mês de outubro dos anos ímpares, como é o caso de 2013.

# Tribunal de Justiça agiliza emissão de Registro Civil

A cópia da declaração para emissão do registro civil gratuito e a comprovação dos atos gratuitos passam agora a ser enviadas pelos cartórios por meio eletrônico e não mais pelos Correios.

**Página 4**

## Maranhão

# TJMA agiliza emissão de Registro Civil

A cópia da declaração para emissão do registro civil gratuito e a comprovação dos atos gratuitos passam agora a ser enviadas pelos cartórios por meio eletrônico e não mais pelos Correios.

A determinação é do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que aprovou Projeto de Resolução modificando a Resolução nº 14/2010, que regulamenta o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais (FERC). A medida altera os parágrafos 1º do artigo 12, e os parágrafos únicos dos artigos 17 e 18.

Com a mudança, os atos

não cobrados pelos cartórios que forem informados e não comprovados em até 30 dias da prática, não serão objeto de compensação financeira, pelo TJMA, por meio do Fundo de Reparamento do Poder Judiciário (FERJ).

O objetivo é agilizar a emissão dos documentos, e a compensação financeira aos cartórios. De acordo com dados do FERJ, são emitidos mensalmente cerca de 12 mil registros civis pelos mais de 200 cartórios em funcionamento no Estado. O custo mensal para o Judiciário maranhense é de, aproximadamente, R\$400 mil.

## Projeto

# AL aprova projeto que altera organização judiciária

A Assembleia aprovou, na sessão desta quarta-feira (25), o projeto de lei complementar nº 004/13, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão. O objetivo é melhorar a estrutura dos serviços do Poder Judiciário no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição, por meio da redistribuição de competências, da definição de critérios para o acesso de juízes de direito pelos critérios de antiguidade e merecimento, dentre outros.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desem-

bargador Guerreiro Júnior, o referido projeto visa, precipuamente, a contínua melhoria da prestação jurisdicional e, sobretudo, a celeridade processual, conforme preceitos dispostos na Emenda Constitucional nº 45/2004 e leis complementares que alteram o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado.

Segundo a mensagem que encaminhou em anexo ao projeto de lei complementar, as alterações no Código de Divisão e Organização Judiciárias aprovadas não vão gerar impacto financeiro no orçamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

## *TJ-MA agiliza emissão de Registro Civil*

A cópia da declaração para emissão do registro civil gratuito e a comprovação dos atos gratuitos passam agora a ser enviadas pelos cartórios por meio eletrônico e não mais pelos Correios.

A determinação é do Pleno do Tribunal de Justiça, que aprovou Projeto de Resolução modificando a Resolução nº 14/2010, que regulamenta o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais (FERC). A medida altera os parágrafos 1º do artigo 12, e os parágrafos únicos dos artigos 17 e 18.

Com a mudança, os atos não cobrados pelos cartórios que forem informados e não comprovados em até 30 dias da prática, não serão objeto de compensação financeira, pelo TJ-MA, por meio do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

O objetivo é agilizar a emissão dos documentos, e a compensação financeira aos cartórios. De acordo com dados do FERJ, são emitidos mensalmente cerca de 12 mil registros civis pelos mais de 200 cartórios em funcionamento no estado. O custo mensal para o Judiciário maranhense é de, aproximadamente, R\$ 400 mil.

## Criança ganha direito a leite especial fornecido pelo Estado

A Secretaria de Estado da Saúde deve fornecer oito latas do leite especial Neocate, por mês, a uma criança de 1 ano de idade, portadora de alergia alimentar grave, de acordo com prescrição médica, de forma contínua e ininterrupta, pelo tempo que se fizer necessário. A determinação partiu das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça. A multa diária fixada, em caso de descumprimento da decisão unânime, foi R\$ 5 mil.

O desembargador Jaime Araújo (relator) atendeu ao pedido de mandado de segurança em nome do menor, representado por sua mãe, por verificar que o fornecimento do leite especial – hidrolisado proteico elementar – é necessário para a sobrevivência da criança.

O relator ressaltou o dever constitucional do poder público em assegurar saúde ao cidadão, garantindo-lhe meios adequados de acesso ao tratamento médico. Disse que, comprovada a intolerância alimentar, mostra-se evidente a necessidade da quantidade prescrita, base da alimentação do menor.

Acrescentou que resta ao Estado cumprir o mandamento constitucional, já que os parentes do menor não têm condições de arcar com a despesa. Na ação original, a mãe da criança disse que cada lata custa cerca de R\$ 150 e dura apenas quatro dias. O parecer da Procuradoria Geral de Justiça também foi no sentido de conceder a segurança.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2013

Processo Administrativo n.º 33.081/2013]

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e nº 24.628/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços**, para **Aquisição de Material de Limpeza**, no dia **09/10/2013, às 09:00 horas (Horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 25 de Setembro de 2013.

RAULIFRAN DA SILVA COSTA  
Pregoeiro TJ/MA

- Orientações sobre como ingressar com uma ação na Justiça, tipos de processos, documentação necessária e os órgãos competentes para receber e julgar processos podem ser obtidas pelo Telejudiciário – serviço gratuito do Tribunal de Justiça, que atende pelo número 0800-707-1581.

« *O Telejudiciário é o canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário. Auxilia a ouvidoria, destinando-se a informar e orientar os que procuram a Justiça estadual”, diz o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.*